IV ENCONTRO INTERNACIONAL

TEORIA DO VALOR TRABALHO E CIÊNCIAS SOCIAIS

Trabalho, Democracia e Neoliberalismo

18 e 19 de outubro de 2018

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho da Universidade de Brasília (GEPT-UnB)

Departamento de Sociologia - SOL-UnB

Grupo de Estudos sobre o Trabalho da Universidade de Brasília (GEPT – UnB)

IV Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais – *Anais*
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 18 e 19 de outubro de 2018.

ISBN: 978-85-64593-72-5
1.Ciências Sociais 2.Trabalho 3.Valor-trabalho 4.Marxismo

Sumário

1. The rise of populism in Latin America 9
2. Por uma crítica marxista à economia política do ajuste fiscal no Brasil 27
3. Urbanitários e a instabilidade no mundo do trabalho: terceirização e crise de representação sindical, um caminho sem volta? 39
4. Juventude, movimentos sociais e precarização do trabalho na sociedade contemporânea 57
5. A propósito de um artigo de Alfred Sohn-Rethel 72
6. A reforma trabalhista e a superexploração da força de trabalho 83
7. A categoria expropriação e sua contribuição teórica na contemporaneidade. 95
8. Serviço social e sindicalismo no Brasil: processo histórico e atuais desafios da organização política da profissão 107
9. Centralidade na família e responsabilização das mulheres nas políticas sociais 120
10. A ideologia do desenvolvimento, a teoria marxista da dependência e a crítica da estratégia democrático e popular 133
11. Flexibilidade de horas e teoria do valor 153
12. Refonder la théorie marxiste de la valeur pour comprendre la nature profonde de la crise : une solution à la transformation des valeurs en prix de production qui ouvre de nouveau le débat 165
13. De Aparelhos Ideológicos de Estado ao Nascimento da Biopolítica, e volta 195
14. A atualidade da lei da queda tendencial da taxa de lucro: um estudo de caso sobre a Usiminas de Cubatão (SP) 203
15. Economia política do golpe de estado no Brasil, 2015/16 215
16. A supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica 227
17. Os processos de luta e resistência no Brasil contemporâneo. 240
18. Notas críticas sobre o conceito de Acumulação por despossessão 249
19. Avanços e retrocessos no processo de luta da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho 259
20. Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado 263
21. Dependência e superexploração: a história das trabalhadoras da Zona Cacaueira baiana no Arquivo Judiciário João Mangabeira 278
22. A expropriação do trabalho na contemporaneidade 290
23. "Reforma" trabalhista e a instituição do trabalho intermitente no Brasil 302
24. Tempo socialmente necessário de reprodução social da força de trabalho e forma jurídica: a dialética das formas salário direto e salário indireto 314

25. O ajuste fiscal e os direitos das mulheres pescadoras: desigualdades reiteradas 325
26. Reforma Trabalhista e Imposto Sindical: “A morte de uma organização acontece quando os de baixo já não querem e os de cima já não podem. ” -Lênin 339
27. Tópicos sobre o mundo do trabalho artístico no Brasil 350
28. Acumulação de capital e taxa de lucro em Marx 364
29. Pressupostos anteriores da Teoria do Valor marxiana: Fetiche do dinheiro e carência nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) 378
30. As aventuras do Brasil no Atlântico-Sul: pistas para uma análise sobre a inserção brasileira no continente africano 388
31. Terceirização de serviços das trabalhadoras e dos trabalhadores de escolas públicas do Distrito Federal: processos de intensificação e precarização do trabalho 401
32. Sobre a crítica ao Direito e à igualdade jurídica: a questão do igual padrão de medida no texto “Crítica ao programa de Gotha” de Karl Marx 418
33. Novos contornos da dominação do capital sobre o trabalho na cena atual: uma análise sobre a terceirização do trabalho no Brasil 420
34. A analise sociologica do mercado e sua critica à economia classica. 432
35. Da CEPAL à Teoria Marxista da Dependência: um estudo sobre a economia do desenvolvimento desde a periferia 444
36. Terceirização 457
37. A Reforma Trabalhista brasileira de 2017 e a superexploração da força de trabalho 465
38. Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social: uma análise das condições de trabalho no Distrito Federal. 478
39. Do lixo à mercadoria: Breves considerações sobre o trabalho da catação na base da indústria da reciclagem 490
40. O caráter imperialista da Economia do Conhecimento e da Informação 499
41. Trabalho temporário no serviço público 512
42. A teoria do valor trabalho, o conceito de produtividade do trabalho e o general intelect: algumas aproximações analíticas com os elementos contemporâneos 536
43. Capital financeiro e fundo público no neoliberalismo 543
44. As “minas” dão conta do recado 555
45. Renda da terra e dependência – contribuições ao debate 561
46. Breve histórico da regulação do trabalho no Brasil e os descaminhos da Reforma Trabalhista. 573

45. Renda da terra e dependência – contribuições ao debate

Rodrigo Emmanuel Santana Borges[ccxcix]

O objetivo deste artigo é avançar na compreensão das novas determinações que a renda, em particular a fundiária, traz às economias dependentes.

Em um nível mais teórico e abstrato, buscamos identificar em que momentos a renda da terra pode limitar ou impulsar dinâmica das nações no mercado mundial. Ressalta-se a relevância do tema da renda para melhor transitar do nível de abstração de padrões de reprodução para a dinâmica de formações sociais dependentes específicas, traçando uma ponte possível entre aquela noção e a tipologia esboçada por Bambirra ainda na década de 1970. Mostra-se a compatibilidade da análise com os fundamentos da TMD, sugerindo-se até avanços na atualização da tipologia da dependência a partir da preponderância e formas de recepção de renda da terra em determinadas formações.

Do ponto de vista mais concreto, é feita uma revisão metodológica crítica das formas de mensuração do volume e apropriação de renda da terra realizadas em trabalhos como os de Grinberg, para o Brasil, Juan Iñigo Carrera e Juan Kornblihtt, para Argentina e Venezuela.

Palavras-chave: renda da terra, padrão de reprodução do capital, dependência

Introdução

O recente "superciclo" ou "bolha" de *commodities* no início do século XXI, que perdurou todo o início do século até, ao menos 2014, trouxe um renovado interesse pelo tema da renda fundiária, em geral. Além disso, em combinação com a recuperação crítica da teoria marxista da dependência (PRADO; CASTELO, 2013), avolumaram-se estudos sobre essa questão e a problemática da dependência, seja como aprofundamento, ou seja como polêmica crítica à teoria marxista da dependência (TMD).

Para citar apenas alguns recentes, há trabalhos de Osorio(2017), Guerreiro(2017), Grinberg(2011, 2015), Kornblihtt(2015; 2010), Gomes Jr.(GOMES; PIETRO; ARUTO, [s.d.]; 2017) , Traspadini(2016) ,Aruto(ARUTO, 2017; ARUTO; TONIN, 2016), Borges(2016), na forma teses, revistas e apresentações em congressos com mesas temáticas, em espaços tão variados como Encontro de Economía Crítica de Argentina e Uruguai, e no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

O presente trabalho se insere em um esforço maior, em andamento, de sistematização dos principais elementos nesse debate, com vistas a vários objetivos.

[ccxcix] Doutor em Economia Internacional pela Universidad Complutense de Madrid. Bolsista pós-doutoral FAPES/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rodrigo@imperialismoedependencia.org

Em primeiro lugar, esclarecer pontos pouco abordados ou dúbios. Por outro lado, tenta-se superar a polêmica de suposta incompatibilidade entre recepção de renda fundiária e persistência da dependência tal como desenhada pelos teóricos pioneiros da TMD e contemporâneos. Por fim, pretende-se também refletir crítica e construtivamente sobre lacunas na noção de padrão de reprodução do capital que, se combinadas com intentos mais concretos que agreguem mais determinações – tais como a renda – e atenção voltada ao nível menor de formações sociais, possa complementar aquela noção e rumar a tipologías mais detalhadas que deem conta de diferenças na dinâmica de países da América Latina.

Com esse intuito, na seguinte seção recuperamos brevemente a teoria de renda fundiária, nos escritos de Marx(2013) e em abordagens mais recentes como as de Marini(1979) Hoffman(2013), de Paula(2018), Shaikh(2016) e Bina(1989, 2013a), com o mero intuito de ter presentes alguns pontos importantes ao abordar a questão.

A seção três aborda os pontos-chave em que a consideração da renda afetaria os condicionantes a que estão sujeitas as economias dependentes, enfrentando polêmicas e trazendo novas questões importantes à luz.

A quarta seção avança de maneira tentativa na tarefa de pensar os diferentes níveis de abstração, de regiões maiores – padrão de reprodução do capital – e grupos específicos de formações sociais dependentes.

Ao final do texto apontam-se reflexões finais e sugerem-se caminhos para aprofundamento da pesquisa na temática.

A renda fundiária

Devemos destacar que nossa leitura da teoria da renda fundiária de Marx está alinhada com duas interpretações, bastante similares de Paula(2018) [ccc] e Bina(2013b) .

Como destaca Patrick:

"A renda fundiária é uma forma de apropriação do mais-valor produzido socialmente relacionada à propriedade privada da terra, quando esta é utilizada na produção capitalista. (...)Marx inicia a seção sobre renda fundiária de O Capital avisando ao leitor que, ali, sua suposição básica é a de que toda a agricultura é capitalista Neste sentido, a teoria da renda fundiária é hoje ainda mais atual do que o era na época em que foi formulada." (PAULA, 2018, p. 128–129)

Marini e Spagnolo seguem a mesma linha, ao frisar que

"Lo característico de la renta, por el contrario, y lo que en particular es necesario

[ccc] Chama atenção o fato de que Paula pareça não ter conhecimento da obra de Bina a respeito da renda no setor de petróleo, apesar de este trabalhar com o tema e debater a teoria da renda fundiária marxista em contraste com a ricardiana, clássica e neoclássica há, pelo menos, 40 anos.

> desarrollar sobre ella, es cómo, bajo el supuesto de desarrollo del carácter mercantil capitalista de la producción agrícola, se consolida la capacidad de la propiedad territorial para apropiarse de porciones crecientes de la plusvalía producida."(MARINI; SPAGNOLO, 1979)

Existem, basicamente, duas formas de renda fundiária. A renda diferencial é relacionada aos diferenciais de produtividade e pode ser renda diferencial tipo I (derivada de diferente fertilidade da terra ou distância dos mercados consumidores, entre outros fatores materiais), ou renda diferencial de tipo II (ligados a diferente intensidade de investimentos de capital).

A segunda forma é a renda da terra absoluta. Esta é cobrada pelos proprietários da terra mesmo nas terras de pior estrutura de custos (que na teoria ricardiana, p. ex., não pagariam renda). Deriva das propriedade privada da terra, e vincula-se às relações de produção, à medida que as formas e condicionantes da propriedade privada sobre a acumulação de capital são históricas e mutáveis.

Os autores comentados são categóricos ao lembrar que a teoria da renda fundiária marxista, em particular seu aporte mais original sobre a renda absoluta, não é nem pode se confundir com uma teoria de renda de monopólio, uma vez que pressupõe preços reguladores de mercado e equilíbrio entre oferta e demanda (não potencial restrição de oferta – caso comum na intepretação corriqueira do sentido econômico do termo monopólio).

Logo, a inclusão de qualquer forma de "renda de monopólio" ou "renda monopolista", ou "preço de reserva"(HARVEY, 2010) ou "renda fundiária customeira"(MOMMER, 2003), como caso complementar é a um lado, um equívoco e, em parte, uma excessiva simplificação que não se adequa a tratar a renda fundiária em um novo nível de abstração para além dos preços de produção. Nas palavras de Marx:

> Ao analisar a renda fundiária queremos partir inicialmente do pressuposto de que produtos que pagam tal renda [...] são vendidos, como todas as outras mercadorias, por seus preços de produção. Ou seja, seus preços de venda são iguais a seus elementos de custo (ao valor do capital constante e do capital variável consumidos) mais um lucro, determinado pela taxa geral de lucro, calculada sobre o capital global adiantado, consumido e não consumido. Supomos, portanto, que os preços médios de venda desses produtos são iguais a seus preços de produção. Pergunta-se então como, nessa hipótese, pode desenvolver-se uma renda fundiária, ou seja, como parte do lucro pode transformar-se em renda fundiária, e, por isso, parte do preço da mercadoria recair para o proprietário da terra. (MARX apud Paula, 2018 p. 137).

Outro elemento que importa destacar é a necessidade de pensar, ao analisar casos concretos, não apenas a renda diferencial, mas a renda absoluta. Com os supostos da teoria da renda fundiária,

isto é, de uma produção vinculada à terra completamente capitalista, e da inexistência de monopólios restritivos da oferta no sentido tradicional - uma vez que é abordada a questão tomando equlíbrio entre oferta e demanda dos setores – renda fundiária absoluta só é gerada em setores cuja composição orgânica seja inferior à media. Na análise de Cyrus Bina do setor de petróleo, por exemplo, este é um dos fatores que levam o autor a defender que nesse setor não se geraria renda absoluta, em conjunto com a análise das contradições e dinâmica das relações de produção e propriedade nesse setor.

Shaikh (2016) incorpora as rendas diferenciais em sua teoria de preços reguladores do mercado, em um nível de abstração muito elevado, ao assumir que determinados setores podem ter capitais reguladores que representam as piores condições de custo, e não as condições médias.

Por fim, além da renda fundiária agrícola, ganha relevância a renda fundiária urbana (ARUTO; TONIN, 2016; GUERREIRO, 2017) no contexto de crescente financeirização e urbanização por que passamos.

Rememorados telegraficamente esses pontos essenciais, identificamos a seguir quais dimensões, no tocante à renda (não apenas renda fundiária), são relevantes para pensar a dependência.

Renda e dependência

As principais dimensões que identificamos de interesse ao pensar na teoria da dependência a partir de uma ótica marxista, incorporando as determinações da renda, e, destarte, pensando em sua dimensão de transferências internacionais, são:

- A magnitude da renda fundiária absorvida do mercado mundial
- A apropriação da renda fundiária
- Outras formas de renda

A primeira dimensão relaciona-se as tentativas de estimar a renda da terra em países da América Latina, bem como no uso recorrente da suposição de que tenham tal relevância como suficiente para superar a troca desigual e conformarem-se como o principal determinante da dinâmica de acumulação do capital. Isso ocorre nos trabalhos de Grinberg(2011), que compara Brasil e Coreia do Sul, Carrera(2007), que aborda o tema para Argentina, e Kornblihtt(2010; 2012), que, além da Argentina, também fez incursões sobre a estimação de renda fundiária na Venezuela.

A segunda dimensão diz respeito a explicitar que não se trata simplesmente, quando se pensa a partir da ótica marxista a dependência, de tratar regiões distintas, mas dos distintos capitais nessas regiões e das classes, frações e sua luta e articulação interna e internacional. Para ser mais direto,

desses elementos podem resultar maior apropriação ou trasvases de renda gerada internamente, amplificando ou mitigando possíveis determinações próprias as dinâmicas das formações sociais derivadas da dinâmica geração e apropriação de renda.

O último elemento é vinculado, por um lado, à necessidade de, conforme indicamos acima, separar na análise a renda fundiária de outras formas de renda. Mas, além disso, por outro posto que, ao tratar em um nível de abstração que inclua a renda fundiária, no caso da análise de regiões dependentes, parece mais que necessário abordar sua forma antitética, de rendas de monopólio – renda tecnológica, por exemplo.

A magnitude da renda fundiária apropriada do mercado mundial

A renda fundiária absorvida do exterior é de magnitude tal que sobredetermina o movimento de formações sociais chamadas dependentes, ao ponto de ser incorreto denominá-las como tais, e obnubilar a temática da troca desigual em desfavor das mesmas? É o que argumentam alguns trabalhos(GRINBERG, 2011; KORNBLIHTT, 2015)□, inspirados na obra de Juan Iñigo Carrera.

Em princípio, parece plausível a tese, em um nível de abstração muito elevado, desde que realmente a magnitude da renda fundiária seja tal que supere elementos de troca desigual que é possível derivar já do nível de abstração de preços de produção. Em outras palavras, em parte esta questão dependeria de uma questão quantitativa: a estimação da renda da terra, por um lado, e a estimação da troca desigual e transferências de mais-valia, por outro.

Grinberg, em sua tese doutoral, argumenta que realmente é o que acontece, e busca inclusive compreender as trajetórias distintas de Coréia do Sul e Brasil a partir de identificar que no último a magnitude e o conflito para apropriação da renda fundiária teriam sido determinantes.

Para isso, o autor chega a desenvolver metodologia própria de estimação da renda fundiária na Coréia do Sul e no Brasil, a qual, no último caso, teria sido apropriada por um capital industrial ineficiente do ponto de vista da concorrência internacional.

O autor resume sua abordagem para estimação da seguinte forma:

> *Appraising the magnitude of primary sector surpluses involves the measurement of several variables. First, it involves the measurement of the magnitude of the primary, notably agrarian, sector surpluses transferred to other branches of the economy. This is done in section one, following the effect of each of the specific economic policies under which that transfer has come about in each country. Secondly, it involves the measurement of the magnitude of capital, both fixed and circulating, yearly advanced for valorisation economy-wide, and in the industrial and agrarian sectors.1 Thirdly, it involves the measurement of the*

> *magnitude of net surpluses (i.e. profits or surplus- value) accruing to total capital of society (i.e. social capital) and to its industrial and agrarian portions. These, done in sections two and three, respectively, will make possible the measurement of annual rates of profits of social, industrial and agrarian capitals, and an assessment of the relevance of the transferred land rent in sustaining their respective processes of valorisation, pursued in sections four and five. Furthermore, these variables are also necessary to measure the portion of land rent appropriated by landowners and thus the total magnitude of land rents in both countries.(GRINBERG, 2011, p. 64–65)*

Uma metodologia que parece bastante abrangente e rigorosa. Porém, logo no primeiro ponto, de tentativa de estimação de renda fundiária, sobressai certa arbitrariedade.

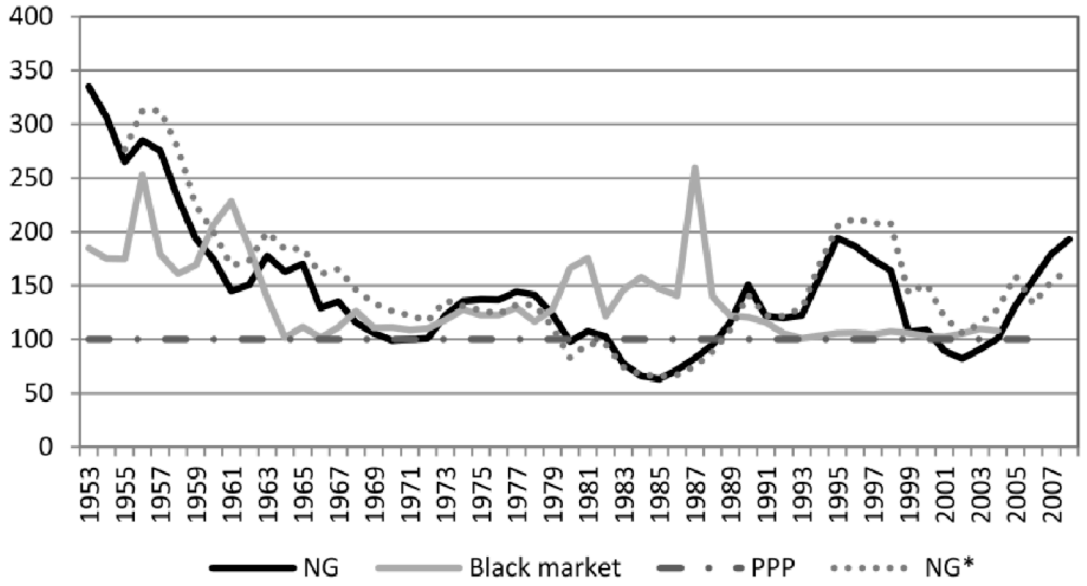
Grinberg identifica que a sobrevalorização da taxa de câmbio fora uma política estatal central determinando transferência de renda gerada no setor agrícola exportador para o capital industrial. E como Grinberg se propõe a medir o nível de sobrevalorização cambial?

Seu procedimento consiste em identificar um ano base em que a divisa nacional expressaria a mesma magnitude de valor externa e internamente, ou seja, que não estaria sobrevalorizada ou subvalorizada. O autor escolhe o período de 1968 a 1988 como período em que não estaria sobrevalorizada a moeda brasileira. Cabe lembrar que esse é um período de aceleração inflacionária e de recorrentes desvalorizações cambiais, com forte saldo comercial no caso da década de 1980, representando, basicamente os valores mais baixos de toda a série trabalhada pelo autor. Se, no máximo, considera-se a moeda "não sobrevalorizada", maximizam-se os períodos de "moeda valorizada" e das supostas transferências de renda (da terra) ocorridas entre capital agrário-exportador e capital industrial.

Por outro lado, o autor procura estabelecer mecanismo similar aos critérios da abordagem de paridade de poder de compra (PPC), adicionando à comparação dos índices de preços domésticos e internacionais, comparações da evolução da produtividade do trabalho[ccci].

[ccci] Mas o autor escolhe, para o caso brasileiro, a produtividade do trabalho na indústria, e, para o caso sul-coreano a produtividade do trabalho global. Como nos casos anteriores, uma série de escolhas pouco justificadas e rigorosas, se não arbitrárias, do ponto de vista metodológico, para dizer o mínimo.

Gráfico 1: Brasil - Flutuações das taxas de câmbio em torno de sua PPC[sic]



NG/NG* calculado por Grinberg; "Black Market" - metodologia alternativa utilizando dados cambiais do mercado negro.
Fonte: Grinberg, 2011, p. 71

O resultado pode ser visto no Gráfico 1.

Notemos que pela estimativa, salvo um pequeno período de 1983 a 1988, aproximadamente, e 2002-2003, a metodologia do autor sempre tende a acusar uma moeda sobrevalorizada.

O autor continua, estimando, por exemplo, impostos sobre exportações (ainda que não relacione com a taxa de câmbio). O maior fator por grande monta é, não obstante, o resultado da dúbia estimação que apresentamos acima (ver, por exemplo, Grinberg, 2011, Gráfico 2.3).

Já Kornblihtt(KORNBLIHTT, 2016)□□, indica como a taxa de lucro agrícola na Argentina é superior à taxa de lucro industrial nos Estados Unidos, como indicativo de que há significativa lucratividade extraordinária / e, portanto, geração de renda fundiária no setor agro-exportador argentino. O sentido do argumento vai na linha que já defendera em anos anteriores:

> "Argumentaremos en base al estudio del análisis del comercio mundial en términos de competencia y no de capital monopolista, que la renta diferencial de la tierra y el bajo valor de la fuerza de trabajo son elementos compensatorios que permiten la reproducción de capitales poco competitivos y no la traba al desarrollo nacional. "(KORNBLIHTT; SEIFFER, 2012)□

Quanto à forma de estimação a que tivemos acesso até o presente, cumpre destacar que seria necessário, no mínimo comparar não só as lucratividades, mas a participação dos respectivos setores na renda nacional em cada país, para poder asseverar que a renda fundiária seria tão relevante. Um

setor que tenha 40% de lucratividade mas que represente apenas 8% do PIB não seria tão sobredeterminante como parece ser argumentado, por exemplo.

Por outro lado, cumpre destacar a ausência de iniciativa, por parte daqueles autores que insistem em destacar a preeminência da renda da terra como principal forma de intercâmbio entre países dependentes latinoamericanos e a economia mndial, de estimar montantes drenados por troca desigual, para poder avaliar qual seria o resultado líquido. Em geral, há um rechaço de partida a considerar como troca desigual as transferências inter e instrassetoriais, e pouca referência se faz ao caso em que diferenças salariais sejam maiores que diferenças de produtividade.

Parece, então, que no máximo poder-se-ia argumentar por uma maior relevância da renda fundiária em países identificados como de tipo B (mais Chile, possivelmente), pelo estudo clássico de Vânia Bambirra(1974).

Graças à publicação de matrizes insumo-produto da América do Sul pela CEPAL, será possível, em breve, com metodologia mais fundamentada na ótica marxista, como a das diferenças entre preços e valores(SHAIKH, 1998) estimar tanto a relevância efetiva de renda da terra em diversos países como medidas dos fluxos da troca desigual.

A apropriação da renda fundiária

Em reflexões anteriores(BORGES, 2016) já apontamos que mesmo em casos de expressiva recepção de renda da terra, a forma em que se apropria pode modificar substancialmente seus impactos. No caso das propostas de Grinberg e Kornblihtt, por exemplo, defende-se que um capital industrial local ineficiente se apropriaria de parte substancial da renda da terra recebida do mercado mundial.

Por outro lado, a partir de abordar o problema da ótica do ciclo do capital na economia dependente(MARINI; OSWALD, 1979) poderíamos pensar como, à medida que sejam apropriados diretamente por capitais estrangeiros, terminem como drenagem ulterior na forma de transferências de mais-valia.

Além disso, seria possível também pensar em casos em que os latifundistas se apropriassem de boa parte dessa renda da terra, contribuindo para manter um perfil cindido de altos e baixos rendimentos e esferas de consumo.

Osorio aporta, quanto a esta dimensão:

> ...la participación de muy diversos capitales, nacionales y extranjeros, em las fases de producción y comercialización de los bienes agrícolas, todo lo cual propicia repartos de la renta que limitan su concentración em solo algunas manos, *así como limita el monto de ganancia que regresa a la economía productora de la renta*. (OSORIO, 2017, p. 67–68)

Complementarmente uma abordagem próxima a de cadeias globais de valor, desde que refundada sob uma ótica de economia política (BORGES, 2015) também poderia ajudar a abordar de forma mais concreta transferências de valor entre capitais locais e capitais estrangeiros.

Outras formas de renda

Por fim, boa parte das análises, como comentamos na seção dois, confunde a renda fundiária com rendas de monopólio.

Não obstante, não se assiste, em geral, esforço equivalente de gerar estimativas em torno de outras rendas de monopólio[cccii], das quais as economias dependentes são tributárias com relação aos países centrais, parte associada a troca desigual, e parte revelada em transferência de valor ou mais valor como pagamentos de royalties etc.

Desde os trabalhos seminais em torno à dependência(BAMBIRRA, 1971; DOS SANTOS, 1970) é destacada a subordinação das economias dependentes, em sua inserção na divisão internacional do trabalho, quanto a setores e empresas forâneas de tecnologia mais avançada e que detêm monopólios sobre seus produtos ou parte do uso deles – materializados na forma de propriedade intelectual, licenças de uso etc.

Padrões de reprodução e tipologia da dependência a partir da renda da terra

A noção de padrão de reprodução, mais desenvolvida por Jaime Osorio e outros, parece muito profícua para pensar a evolução histórica dos países dependentes latino-americanos. Uma das repetidas críticas que se fazem a tal abordagem, no entanto, é a dificuldade em ajustá-la às trajetórias díspares dos países da região.

Por outro lado, não parece ser o caso de tratar caso a caso e perder a visão de conjunto que as noções de capitalismo dependente e padrões de reprodução do capital .

Caminhos profícuos, que ficarão apenas apontados por conta dos limites do presente texto, seriam o de atualização da tipologia apresentada por Vânia Bambirra, bem como interlocução com o trabalho de Franklin(2015). Para o tema que é nosso objeto de reflexão, seria possível pensar na

[cccii] Uma exceção recente é o trabalho "A economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro" (OLIVEIRA, 2017)

renda da terra como um eixo estruturante para agrupar países com condição similar, como Venezuela, Bolívia, Equador, e, talvez, Chile.

Fica em aberto avançar no objetivo já colocado em 1970 por Bambirra, que "consiste num *nível intermediário* entre a tentativa de conceitualização teórica geral da dependência (...) e *o estudo específico das estruturas dependentes concretas*"(BAMBIRRA, 1970)

Reflexões Finais

Ainda que sejam as presentes reflexões de caráter muito preliminar, a cada passo na análise parece evidente que é possível compatibilizar a dimensão da renda da terra de maneira muito frutífera para a caracterização da dependência, cujas características essenciais não parecem fortemente abaladas por sua existência e, em vários sentidos, podem ser acicateadas pela renda fundiária ou outras rendas, conforme indicamos.

Restam esforços quantitativos de estimação, de sistematização da evolução histórica recente da acumulação de capital nas diversas formações sociais dependentes da América Latina, como caminhos importantes a percorrer.

Trabalhos posteriores abordarão pormenorizadamente cada uma dessas tarefas.

Referências

ARUTO, P. C. Renda da terra nas atividades imobiliárias-construção civil e superexploração da força de trabalho – a renda diferencial. In: XVII ENANPUR 2017

ARUTO, P. C.; TONIN, V. H. O Ciclo do Capital e Renda Da Terra Urbana Nas Formações Socioespaciais Dependentes: Determinações Gerais. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA: O CAPITALISMO E SUAS CRISES 2016, Uberlândia. Anais... Uberlândia

BAMBIRRA, V. El Capitalismo dependiente en América Latina. Santiago de Chile.

BAMBIRRA, V. El capitalismo dependiente en América Latina. México: Siglo XXI, 1974.

BINA, C. Some controversies in the development of rent theory: the nature of oil rent. Capital & Class, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 82–112, 1989.

BINA, C. A prelude to the foundation of political economy : oil, war, and global polity. New York: Palgrave MacMillan, 2013. a.

BINA, C. A prelude to the foundation of political economy: oil, war, and global polity. [s.l.] : Palgrave Macmillan, 2013. b.

BORGES, R. E. S. Financiarización, Cadenas Globales de Valor e Inversión Extranjera en la producción de etanol en Brasil a partir de la liberalización de la agroindustria. Una interpretación marxista del periodo de 1990 a 2010. 2015. Universidad Complutense de Madrid, [s. l.], 2015.

BORGES, R. E. S. Intercambio Desigual, Transferencia de Valor y Renta de la Tierra: Contribuciones en torno a polémicas inconclusas desde la perspectiva de la teoria marxista de la dependencia. In: ANALES DE LAS IX JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA 2016, Córdoba. Anais... Córdoba

DOS SANTOS, T. The structure of Dependence. The American Economic Review, [s. l.], v. 60, n. 2, p. 231–236, 1970.

FRANKLIN, R. S. P. Teoria da Dependência: categorias para uma análise do mercado mundial. 2015. [s. l.], 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132928/000977306.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 jul. 2016.

GOMES, E.; PIETRO, J.; ARUTO, C. Considerações sobre a apropriação de renda da terra agrícola nas economias dependentes : apontamentos para o Brasil. [s. l.], p. 0–24, [s.d.].

GOMES JÚNIOR, E. Determinações da renda da terra na agricultura dependente. In: XVII ENANPUR 2017, Anais... [s.l: s.n.]

GRINBERG, N. Transformations in the Korean and Brazilian Processes of Capitalist Development between the mid-1950s and the mid-2000s : The Political Economy of Late Industrialisation. 2011. [s. l.], 2011.

GRINBERG, N. On the Brazilian ground-rent appropriated by landowners. [s. l.], v. 35, n. 141, p. 799–824, 2015.

GUERREIRO, I. de A. A produção do espaço urbano pelo Lulismo: contradições específicas da dependência La producción del espacio urbano por Lulismo: contradicciones específicas de la dependencia. In: XVII ENANPUR 2017, São Paulo. Anais... São Paulo

HARVEY, D. The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism. [s.l: s.n.].

HOFFMANN, R. Valores-trabalho, preços de reprodução e renda da terra. Revista de Economia Política, [s. l.], v. 33, n. 132, p. 388–410, 2013.

IÑIGO CARRERA, J. La formación económica de la sociedad argentina. [s. l.], p. 320, 2007.

KORNBLIHTT, J. Del socialismo al estatismo capitalista. Debate sobre la teoría de la dependencia con Ruy Mauro Marini. Razón & Revolución, [s. l.], 17 set. 2015. Disponível em: <http://razonyrevolucion.org/del-socialismo-al-estatismo-capitalista-debate-sobre-la-teoria-de-la-dependencia-con-ruy-mauro-marini/>

KORNBLIHTT, J. Dinámicas de acumulación y proyectos de desarrollo en América Latina: balance y perspectivas (Mesa). In: IX JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA 2016, Córdoba. Anais... Córdoba

KORNBLIHTT, J.; DACHEVSKY, F. G. Notas metodológicas para el cálculo de la renta de la tierra petrolera. Economía: Teoría y Práctica, [s. l.], v. 33, n. julio-diciembre, p. 141–167, 2010.

KORNBLIHTT, J.; SEIFFER, T. Crítica a las teorías del intercambio desigual y la dependencia a partir del estudio del desarrollo del capital industrial en Argentina y Venezuela. [s.l: s.n.]

MARINI, R. M.; OSWALD, U. (org. . El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, U. (Ed.). Mercado y Dependencia. México: Nueva Imagen, 1979. p. 37–55.

MARINI, R. M.; SPAGNOLO, A. Teorias Marxistas de la moneda y de la renta. In: Economía Política V. [s.l: s.n.].

MARX, K. O Capital. [s.l.] : Boitempo Editorial, 2013. v. 1

MOMMER, B. Petróleo Global, Estado Nacional. [s.l.] : Comala, 2003.

OLIVEIRA, E. M. G. A economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro. 2017. UFBA, [s. l.], 2017.

OSORIO, J. Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. Cuadernos de Economia Crítica, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 45–70, 2017.

PAULA, P. G. De. Teoria da renda fundiária a partir de Marx e a controvérsia sobre a renda absoluta. [s.l: s.n.].

PRADO, F. C.; CASTELO, R. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. Revista Pensata, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 10–29, 2013. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/4Prado-e-Castelo.pdf>

SHAIKH, A. M. The Empirical Strength of the Labour Theory of Value. International Studies in Value Theory, [s. l.], 1998.

SHAIKH, A. M. Capitalism. Competition, Conflict, Crisis. [s.l: s.n.].

TRASPADINI, R. S. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. UFMG, [s. l.], 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-ADQHWL>. Acesso em: 9 ago. 2016.